

# Na Câmara, críticas às 'decisões de tecnocratas'

Da sucursal de  
BRASÍLIA

Quase a metade dos cerca de 50 discursos ontem proferidos na Câmara dos Deputados versaram sobre o novo **pacote** econômico do governo — na quase totalidade, condenando-o e ressaltando que, mais uma vez, medidas de tal repercussão são decididas por tecnocratas sem nenhuma participação do Congresso Nacional.

O único a defender claramente o **pacote**, mesmo assim em poucas palavras, considerando-o "correto e necessário", foi o vice-líder governista de plantão em plenário, Jorge Arbage (PA). Outro vice-líder governista, Siqueira Campos (GO), preferiu pedir que, nesta hora, em vez de fazerem "críticas apressadas", todos viessem unir-se em torno do presidente Figueiredo.

O secretário-geral do PDS, Prisco Viana (BA), embora reconhecendo que não se podia esperar por medidas suaves, disse desejar que essas sejam suficientes. Mas observou que, por declarações de membros do CMN, por ele lidas nos jornais, há divergências a esse respeito e alguns até acreditam que as medidas produzirão efeitos contrários ao pretendido. "Se assim for — comentou — será desalentador." Mas advertiu: "Que não se venha, depois, culpar a interferência política, porque ao nosso partido jamais faltou sensibilidade para esses problemas e nunca faltamos ao governo com o nosso apoio". E elogiou a decisão do presidente Figueiredo de "poupar os salários" e beneficiar o Nordeste. "Não era possível — disse — concordar com medidas que resultassem em mais sacrifícios para os trabalhadores.

Pronunciaram-se contra o "pacote", 13 deputados do PMDB, cinco do PDT, um do PT e também um do PDS e um do PTB. Antonio Dias (PDS-MG) disse que "a Nação já não

agüenta mais a loucura e a insensatez dos tecnocratas". Roberto Jefferson (PTB-RJ) advertiu que o "pacote" vai agravar a carestia. E não faltou uma censura ao governador Tancredo Neves (PMDB) por haver aplaudido as medidas. O líder do PT, Aírton Soares, pediu que os partidos de oposição disciplinem a atuação de seus filiados para evitar declarações como essas do governador mineiro. Disse esperar, também, que não venha a ser derrubada a vitória que o líder governista Nelson Marchezan proclamou ter conseguido: a não desindexação dos índices de correção salarial.

O líder do PDT no Senado, Roberto Saturnino, disse na sessão de ontem que o "pacote" econômico do governo pode ser apontado como "menos mal" porque saiu pela metade e, em consequência, é provável que o FMI não libere a segunda parte dos recursos acertados com o Brasil. Isso, no seu entender, poderá conduzir o Brasil à moratória e a chamar os credores internacionais para uma renegociação, mas sem as imposições do FMI.

Segundo o líder pedetista, "embora tenham sido adiadas algumas das calamidades, a Nação continua perplexa e a angústia dos brasileiros ainda perdura, porque a imprensa afirma que ganha terreno a tese da desindexação, com o objetivo de arrochar ainda mais os salários".

Lembrou o senador que a Nação ficou com a respiração suspensa, diante dos reiterados anúncios, "mas o pacote saiu pela metade, não se tocando no corte dos subsídios ao açúcar e ao trigo, bem como não se mexeu na parte que pretendia cortar, em trilhões, os gastos públicos".

Saturnino aplaudiu a taxação de 4% sobre as operações de "Open" e de 10% sobre ganhos de capital, mas considerou essas medidas "muito tímidas, muito aquém do necessário."

11 JUN 1983

ESTADO DE SÃO PAULO